

Riscos de uma economia no fio da navalha

As lideranças empresariais examinam hoje os desvios estruturais que transformam o Brasil em uma economia tão arriscada quanto a de seus vizinhos

Dono da maior economia da América Latina, colocada em oitavo lugar no ranking mundial, o Brasil está longe de ser um país estruturalmente diferenciado dentro do seu continente. Seus problemas são idênticos aos de seus vizinhos como a Argentina, Bolívia, Chile e Peru, destacando-se o excessivo tamanho do Estado. Tais problemas levaram nos últimos anos à hiperinflação para essas economias vizinhas, com exceção apenas do Peru, onde é uma ameaça. Um fato que, por si só, faz economistas ligados às entidades empresariais paulistas concluir que o Brasil está “no fio da navalha”.

Este é em síntese o diagnóstico que fará parte hoje da pauta de assuntos da reunião do Fórum Informal de Empresários. Seus integrantes ouvirão um relato sobre a situação pré-hiperinflacionária e as medidas de ajustes já adotadas pela Argentina, Bolívia e Chile.

Os expositores serão Antônio Carlos Borges, da Federação do Comércio, Antônio Lanzana, da Fiesp, e Marcel Solimeo, da Associação Comercial de São Paulo. Os três especialistas, que acabam de retornar de uma viagem de 22 dias aos quatro países, não tirarão conclusões. Mas cumprirão o dever de alertar os empresários. Posteriormente, eles pretendem fazer um livro sobre o assunto, já que os economistas brasileiros, até agora, só trabalharam com exemplos de hiperinflação em países da Europa e Israel.

“Como analista econômico, não posso ignorar os riscos que corremos”, afirma Borges. “Nosso objetivo não é fazer terrorismo,

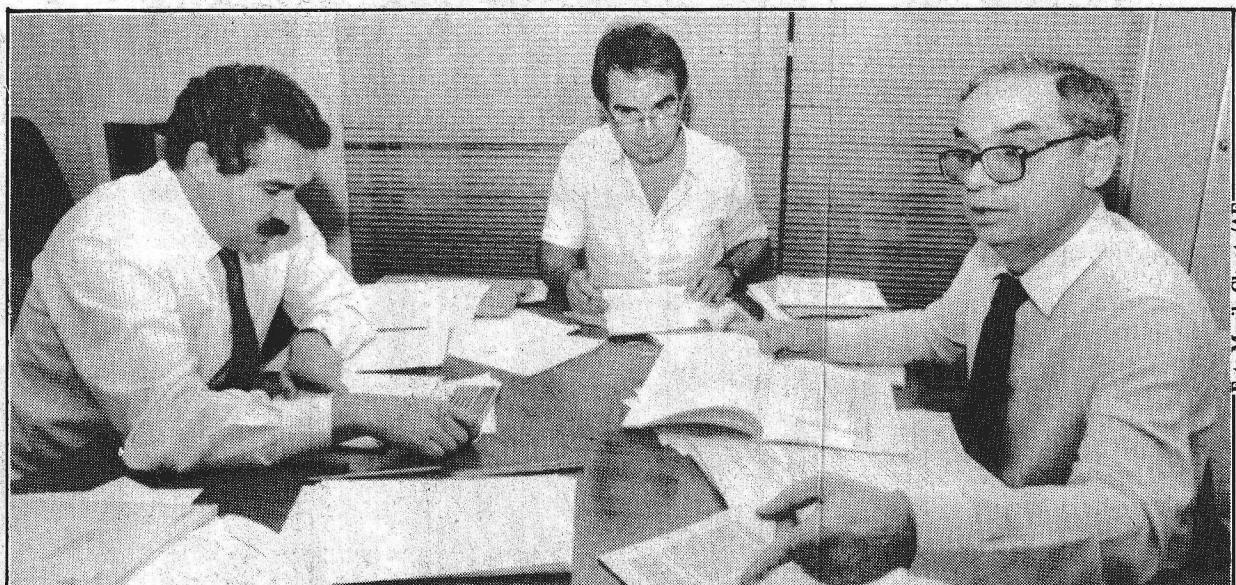


Foto Murilo Claret/AE

Lanzana, Borges e Solimeo: um diagnóstico amargo que vai virar livro.

Hipertrofia do Estado,
sintoma das doenças econômicas
da América Latina.

O Brasil e a América Latina

- 1) Processo contínuo de inflação
 - 2) Crescente estatização da economia
 - 3) Queda no nível de investimentos
 - 4) Desorganização do sistema produtivo
 - 5) Déficit estrutural das empresas estatais
 - 6) Previdência Social falida
 - 7) Déficits permanentes em todos os níveis de governo: União, Estados e Municípios
 - 8) Excesso de gastos da administração central e ineficiência do Estado: excesso de pessoal, empregulismo
 - 9) Paternalismo estatal: protecionismo a setores da economia
- * Problemas estruturais comuns no Brasil, Argentina, Peru, Bolívia e Chile.

Efeitos imediatos da hiperinflação

- 1) Insolvência das empresas principalmente entre os pequenos e médios. Recessão. Queda no valor do patrimônio das empresas
- 2) Queda do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB)
- 3) Queda do consumo de bens e serviços
- 4) Queda dos níveis de investimentos
- 5) Queda do salário real e da massa de salários
- 6) Aumento da capacidade ociosa a níveis elevadíssimos
- 7) Redução da receita cambial
- 8) Fuga de capitais para o Exterior
- 9) Desabastecimento

mas levar aos empresários o que estamos vendendo”, acrescenta. Eles estão vendendo, por exemplo, que os desvios estruturais da economia brasileira são comuns a todos os países visitados. Tanto lá como aqui, a hiperinflação foi precedida por problemas como a crescente estatização da economia, intervencionismo do Estado, previdência social falida e excesso de gastos do governo (veja quadros ao lado).

A Bolívia e o Chile já fizeram o ajuste estrutural e derrubaram a inflação para 1,6% e 0,1% ao mês, respectivamente (veja matéria ao lado). A Argentina, depois da hiper deste primeiro semestre, fez um congelamento de preços e salários, mas ainda não mexeu na antiga estrutura. O Peru, por sua vez, está empurrando com a barriga todos os seus desajustes, como o Brasil. Lá, o governo segura a inflação por meio do rebaixamento dos preços de bens e serviços públicos, enquanto, aqui, a opção do governo tem sido a de elevar a taxa real dos juros. O governo da Argentina, até estourar a hiper, a partir de março, procurava conter os preços atuando, ele próprio, no mercado paralelo do dólar — numa economia altamente dollarizada.

“A busca do equilíbrio nos juros, preços ou black é altamente instável”, diz Borges, para quem a hiperinflação é um fenômeno que foge da teoria econômica para as regras fluidas da psicologia social. “Um boato mais forte pode pôr as coisas a perder”, acrescenta. O Brasil em seu entender passará por tensões crescentes, até a posse do novo presidente da República, em março.

No final da semana, Borges não sabia prever qual seria a posição dos integrantes do Fórum após o relato de hoje de seus assessores econômicos. Para eles, a economia brasileira estaria ancorada no porto seguro de um sistema altamente indexado. “Os empresários não acreditam na hiper”, diz Borges.

Vicente Dianez Filho

Na Argentina, um austral requerido que pode explodir.

A Argentina continua com todos os problemas estruturais na sua economia comuns aos países do continente. O atual presidente Carlos Menem terá de partir para uma reforma estrutural, como já vem dando sinais de estar disposto, como a privatização de empresas estatais e a redução do tamanho do Estado. Sem isso, no entender dos economistas, os preços, hoje represados, num congelamento heterodoxo que também envolve os salários, acabarão explodindo no momento seguinte.

“A Argentina, até agora, fez um austral requerido”, afirma Antonio Carlos Borges, da Federação do Comércio, referindo-se aos choques adotados anteriormente e que criaram a nova moeda, a exemplo dos arranjos adotados no Brasil que levaram ao nascimento do cruzado. O choque atual do governo argentino já derribou a hiperinflação de julho, a maior da história daquele país, que chegou a bater em explosivos 195% ou 43,4 milhões por cento se for anualizada. Neste mês, a inflação deve cair para 7%.

Na Bolívia, a liberalização e inflação de 21,5% ao ano.

A Bolívia chegou à hiperinflação em setembro de 1985, quando a taxa bateu em 56,5%, ou 21,5 milhões por cento anualizados. Sucessivos golpes de Estado, sempre caracterizados pelo paternalismo dos governantes, acabaram levando a economia ao desastre. Até a crise da dívida externa em 1982, a Bolívia segurava a inflação com aporte de recursos estrangeiros. A partir de então, os salários tiveram em três anos 40% de crescimento real, as políticas fiscal e monetária foram expansionistas e o governo chegou a conceder subsídios até para a compra de bens de consumo.

O ajuste boliviano significou um forte corte no tamanho do Estado. Hoje, o país conta com um total de 133 mil funcionários públicos, somados civis e militares. Todas as empresas foram privatizadas ou extintas e, agora, o governo faz a transferência ao setor privado também do seu banco estatal, “O Banco do Brasil deles”, diz Borges. O ingresso de capitais externos foi liberalizado, o ajuste acabou com a concessão de subsídios e incentivos e a reforma fiscal reduziu de 400 para sete o número de impostos, taxas e contribui-

ções. A receita tributária subiu de 1% para 12% do Produto Interno Bruto (PIB). No ano passado a inflação foi de 21,5%.

No Chile, apenas dois impostos sobre todos os bens e serviços.

O desajuste chileno é mais antigo no tempo. Ele data do início da década de 70, quando a inflação chegou a 508% ao ano ou a média mensal de 16,2% ao mês em 1973. “Razoável para os nossos padrões, mas não para os deles”, diz Borges, lembrando que isso foi suficiente para provocar a desestabilização institucional do país. Até então, era praticada uma política distributivista sem crescimento econômico e o déficit do setor público chegou a 23% do PIB.

O governo, segundo Borges, abriu a economia liberalizando o comércio interno e externo, reduziu o tamanho do Estado, as tarifas alfandegárias, assim como eliminou a proibição de importações. O Chile ficou com dois impostos: um de 15% sobre as importações e outro de 16% sobre bens e serviços. Com a queda dos preços do cobre, em 1982, o governo enfrentou nova crise, mas não abandonou o ideário liberal. Hoje, a inflação é de 13% ao ano.

No Peru, contenção das tarifas e ameaça de hiperinflação.

“O Peru está às portas de uma hiper”, diz Borges. A economia está ancorada no represamento dos preços das tarifas públicas. Se fosse mexer nisso agora, o que será inevitável no futuro próximo, o governo teria de readjustar os preços da energia elétrica em 1.024%, os do gás em 777% e os da gasolina em 283%. A inflação em 1988 foi de 1.722% — e sem esses reajustes será em torno de 1.500% neste ano. O desajuste começou em 1985, com congelamento de preços e aumento real dos salários, medidas acompanhadas pela moratória na dívida externa, redução das taxas de juros, restrição às importações e queda dos impostos indiretos. “No primeiro momento, esse pacote funcionou. Mas, em seguida, desequilibrou a economia com o aumento do consumo e crescimento das importações”, explica Borges. (VDF).